

O providencial desaparecimento de envelopes

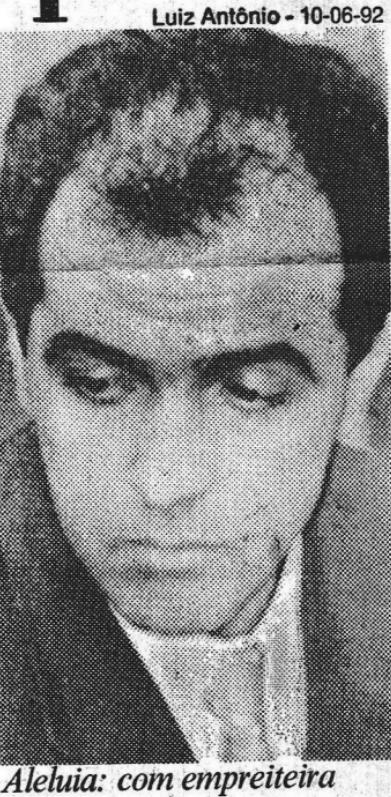
■ Aleluia foi salvo porque prova sumiu

O estranho e inexplicado desaparecimento de três envelopes contendo a movimentação bancária do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) salvou-o da inclusão na lista dos prováveis cassados da CPI do Orçamento. Os documentos, pedidos novamente pela CPI, só chegaram à subcomissão de bancos na quinta-feira, quando o parecer do relator Roberto Magalhães (PFL-PE) já estava concluído. "Se alguém protegeu o Aleluia foi o Benito Gama, que é amigo dele", disse um senador.

O deputado Vivaldo Barbosa

(PDT-RJ) informou que os números da documentação assustadores. Aleluia tem uma movimentação de US\$ 2,4 milhões entre 91 e 93, recebendo créditos que superam em três ou quatro vezes os seus rendimentos como parlamentar. Aleluia recebeu em 1990, ano da eleição, US\$ 1,4 milhão.

Magalhães contou a diversos parlamentares que não retirou do relatório Aleluia e os deputados José Luiz Maia (PFL-PI) e José Carlos Vasconcelos (PFL-PE). "O Roberto nos informou que eles não foram incluídos, que as subcomissões não pediram a cassação dos três Josés", disse o deputado José Genoíno (PT-SP). No caso de Vasconcelos, a decisão foi do deputado Roberto Rol-



lemburg (PMDB-SP), relator especial para os pernambucanos.

Genoíno lembrou que Aleluia era o nome mais citado nos documentos da Construtora Norberto Odebrecht e chegou a ironizar, dizendo que a leitura da documentação lembrava um culto religioso — "Aleluia, Aleluia, Aleluia..." O relator, contudo, disse que não pediria sua cassação com base apenas nos documentos da empreiteira. Genoíno lamentou a não inclusão de Vasconcelos, porque, segundo ele, "tinha muita coisa na subcomissão de emendas". Vasconcelos era conhecido na Comissão de Orçamento como um "parlamentar rodoviário", em razão das suas emendas para a construção de estradas.

O deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) reclamou do que chama de incoerência da CPI, que, segundo ele, praticou "excesso de perseguição" em alguns casos — Uldurico Pinto (PSB-BA) e Roberto Jefferson (PTB-RJ) — e "excesso de proteção" em outros — Mauro Benevides (PMDB-CE) e Humberto Lucena (PMDB-PB). Ramos observou que os senadores depuseram por escrito e que suas respostas chegaram tarde. Mesmo assim, afirmou, a movimentação bancária deles não foi justificada. "O Benevides tem uma diferença de US\$ 800 mil", disse, para perguntar em seguida: "Por que seu nome não foi relacionado entre os que serão remetidos à Procuradoria Geral?".